



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

**Parecer nº 282/2025**

**Referência:** Processo nº \_\_\_\_/2025

**Assunto:** Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/2025, com as EMENDAS MODIFICATIVAS E EMENDA PARLAMENTAR

**Autor (a):** Poder Executivo Municipal

**Assinado por:** Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

**I - RELATÓRIO:**

O Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/2025, com as EMENDAS MODIFICATIVAS E EMENDA PARLAMENTAR, foi apresentado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, durante o recesso parlamentar.

Submete-se a esta Comissão de Economia, Finanças e Planejamento a análise do Veto Total aposto pela Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 027/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029. O Executivo justifica o veto alegando, em síntese:

1. Inobservância de requisitos de planejamento e ausência de indicadores.
2. Descumprimento do art. 16 da LRF por ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
3. Violação à Lei nº 4.320/64 pela inexistência de custos estimados para o programa no quadriênio.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**II. DO VOTO DO RELATOR**

Após análise minuciosa, esta Comissão conclui que as razões do veto não se sustentam frente à hermenêutica do Direito Financeiro aplicado ao ciclo orçamentário.

**2.1. Da Natureza Estratégica do PPA (Lei nº 4.320/64 e CF/88)**

O Plano Plurianual é uma lei de **planejamento macroestratégico**, responsável por estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração. A inclusão do "Programa de Assistência à Saúde Suplementar do Poder Legislativo" via emenda parlamentar cumpre o requisito de **autorização programática**.

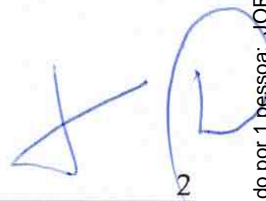
Ao contrário do alegado pelo Poder Executivo, a inclusão no PPA é o passo inicial obrigatório para que qualquer despesa futura seja legal. Não se exige, na fase de PPA, o detalhamento exaustivo de custos de execução que são próprios da Lei Orçamentária Anual (LOA).

**2.2. Da Inaplicabilidade do Art. 16 da LRF no PPA**

O Poder Executivo alega violação ao Art. 16 da LRF. No entanto, tal dispositivo exige o impacto orçamentário para leis que criem ou aumentem despesas de natureza **operacional e imediata**.

Existe um equívoco de interpretação por parte do Poder Executivo ao aplicar as exigências do Art. 16 da LRF ao PPA.

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro é exigida para leis que criam ou aumentam despesas de caráter continuado em fase de execução. O PPA é uma peça de planejamento estratégico que apenas autoriza a existência do programa.

  
2



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

A proposta aprovada prevê expressamente que as despesas serão fixadas nas LOAs futuras, momento em que a estimativa de impacto e a declaração de disponibilidade financeira serão indispensáveis e apresentadas.

A despesa não onera o Poder Executivo em hipótese alguma, sendo suportada integralmente pelo duodécimo do Poder Legislativo, respeitando a compatibilidade vertical entre as peças orçamentárias.

Portanto, conclui-se que a emenda ao PPA apenas institui o programa no horizonte de quatro anos. A exigência de impacto financeiro será imperativa apenas no momento da elaboração da LOA, quando o valor do auxílio for efetivamente fixado e houver a dotação necessária para o pagamento. Confundir planejamento com execução financeira é um equívoco técnico-jurídico.

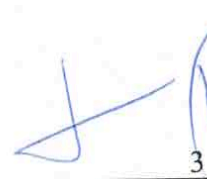
### **2.3. Da Autonomia Financeira e do Duodécimo**

A emenda destina-se exclusivamente a servidores e vereadores da Câmara Municipal.

As despesas correrão por conta do **duodécimo** do Legislativo, não onerando o orçamento gerido pela Secretaria Municipal de Fazenda ou o fluxo de caixa direto do Poder Executivo. Portanto, não há que se falar em "aumento de despesa" que comprometa as metas fiscais do Executivo, uma vez que o limite orçamentário da Câmara já é fixado constitucionalmente.

### **2.4. Do Comportamento Contraditório (*venire contra factum proprium*)**

É imperativo destacar que o veto é **total**, incidindo inclusive sobre as Emendas Modificativas nº 5 e nº 8, de autoria do próprio Poder Executivo.

  
3



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

No ofício encaminhado a exte Poder Legislativo, a Chefe do Poder Executivo Municipal expos o seguinte:

“(...) Por motivo de ordem legal, vimos encaminhar a Vossa Excelência o necessário **Veto Total** ao Projeto de Lei nº 027/2025, com as EMENDAS MODIFICATIVAS E EMENDA PARLAMENTAR, assim como as **Razões do Veto**, para apreciação dessa Emérita Câmara, em anexo. (...)”

E mais ainda conclui o seguinte:

“(...) **CONCLUSÃO**

Em virtude da ausência de elementos técnicos básicos e da violação de normas superiores de direito financeiro, a manutenção de tais emendas comprometeria a higidez do orçamento municipal.

Diante do exposto, e com fundamento na prerrogativa conferida pelo **Artigo 53 da Lei Orgânica**, o **veto total** é a medida que se impõe por ser a matéria contrária ao interesse público e à legalidade estrita.

Atenciosamente, (...)”

Ao vetar suas próprias correções técnicas — que incluíam o incentivo para Agentes Comunitários de Saúde e a reclassificação da Cozinha Comunitária — o Executivo age contra a eficiência administrativa e a boa-fé institucional, prejudicando o planejamento de áreas essenciais.

Considerando que a emenda parlamentar respeita a simetria do ciclo orçamentário (PPA/LDO/LOA) e que as justificativas de impacto fiscal são precoces para esta fase de planejamento, esta Comissão de Economia, Finanças e Planejamento entende que o veto integral é **desproporcional** e tecnicamente **infundado**.

**2.5. Da Rejeição ao Argumento de Inobservância de Requisitos de Planejamento:**

4



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

O Poder Executivo alega ainda que a emenda carece de vinculação de ações e justificativa, o que impediria a análise da finalidade pública.

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei de planejamento de alto nível, destinada a estabelecer diretrizes e objetivos estratégicos para um quadriênio.

A emenda parlamentar instituiu formalmente o "Programa de Assistência à Saúde Suplementar do Poder Legislativo Municipal", definindo claramente seu objetivo (valorização profissional e preservação da saúde) e seu público-alvo (servidores e vereadores).

O detalhamento minucioso das ações e suas respectivas vinculações operacionais são matérias próprias da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), não sendo vício de planejamento sua ausência na etapa macro do PPA.

**2.6. Da Rejeição ao Argumento de Ausência de Indicadores e Monitoramento:**

O veto sustenta que a falta de indicadores impede o controle de eficiência e efetividade.

A inclusão de um programa no PPA é o requisito legal que autoriza a criação de indicadores em etapas subsequentes do ciclo orçamentário.

Tratando-se de um programa voltado ao Poder Legislativo, a definição de parâmetros de desempenho e monitoramento administrativo compete à própria Câmara Municipal, no exercício de sua autonomia administrativa garantida constitucionalmente.

O Poder Legislativo, ao planejar a assistência à saúde, visa justamente a eficiência através da redução do absenteísmo e promoção do bem-estar dos seus agentes públicos, o que será mensurado no momento da execução financeira.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Pela manutenção da higidez do planejamento municipal e pelo respeito às prerrogativas de autonomia do Legislativo, este Relator **VOTA PELA REJEIÇÃO TOTAL DO VETO** ao Projeto de Lei nº 027/2025.

**III - DA DECISÃO DA COMISSÃO:**

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela total **REJEIÇÃO** do Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/2025, com as Emendas Modificativas e Emenda Parlamentar apresentadas pelo Poder Legislativo Municipal.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 31 de dezembro de 2025.

**JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA**

PRESIDENTE

**JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA**

RELATOR

**DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS**

MEMBRO



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C1CA-CD09-1E63-B867

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA (CPF 630.XXX.XXX-53) em 30/12/2025 12:02:54 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 30/12/2025 às 13:03 e assinada digitalmente pela  
CAMARA MUNICIPAL CACERES:03960333000150 para garantir sua autenticidade e  
inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc,  
que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/C1CA-CD09-1E63-B867>